

APRECIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO
À VERSÃO DE JUNHO DE 2025 DO ESTUDO DE IMPACTE
“EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO CAIS MULTIUSOS DO PORTO DA
PRAIA DA VITÓRIA”

Documento: INT-SRAAC/2025/3571

1. INTRODUÇÃO

O presente parecer vem na sequência da revisão da versão de abril de 2025 do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) à “Empreitada de Construção do Cais Multiusos do Porto da Praia da Vitória” em virtude das recomendações da Comissão de Avaliação (CA) constantes no seu parecer de 17 de junho p.p. de apreciação daquela versão do EIA.

A CA do EIA então nomeada é composta pelos seguintes Serviços e respetivos representantes:

- Divisão de Ação Climática e Avaliação Ambiental (DACAA), que preside à CA, representada por Carlos Faria e por Nuno Pacheco que substitui o primeiro nas suas faltas e impedimentos;
- Portos dos Açores, S.A. (PA, SA), na qualidade de entidade licenciadora ou competente para autorizar o Cais Multiusos e, neste caso em particular, também corresponde ao seu proponente, representada por Tiago Toste, para apreciar os aspetos técnicos do projeto e do respetivo licenciamento;
- Direção Regional de Políticas Marítimas (DRPM), representada por Aida Silva para apreciação das matérias da competência desta entidade;
- Direção Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento Territorial (DRRFOT), representada por Rita Dinis, para a apreciação dos aspetos relacionados com o Ordenamento do Território;
- Serviço de Ambiente e Ação Climática da Terceira (SAACT), representado por Herberto Alves, para apreciação das vertentes sociais, culturais e biodiversidade da ilha e eventual possibilidade de observação para esclarecimento de dúvidas na área de estudo.

A “Empreitada de Construção do Cais Multiusos do Porto da Praia da Vitória”, abaixo, abreviadamente, designada por “Cais Multiusos” ou “Empreitada” e alvo do presente EIA, corresponde à alteração substancial de uma infraestrutura existente e tipificada na alínea b) do n.º 8 do Anexo I do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010, de 15 de novembro (Diploma AILA), “*Portos comerciais, cais para carga ou descarga com*

ligação a terra e portos exteriores (excluindo os cais para ferry-boats) que possam receber embarcações de tonelagem $\geq 4\,000\text{ GT}$ ” de que resulta a necessidade do seu licenciamento ou autorização de construção ficar sujeito a um procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) nos moldes definidos neste mesmo diploma.

O presente procedimento de AIA teve o início a 7 de maio de 2025, na sequência da entrada na Direção Regional do Ambiente e Ação Climática (DRAAC), na qualidade de Autoridade Ambiental, da documentação obrigatória em suporte digital: EIA e as peças que constituem o projeto da Empreitada, no presente caso ainda em fase de Estudo, bem como de outros anexos que o proponente considerou pertinente associar.

A 17 de junho, a CA foi de parecer que só depois do EIA ser aperfeiçoado nos termos do exposto naquele documento, o mesmo devia ser declarado conforme pela Autoridade Ambiental para a Consulta Pública, concedendo ao proponente um período de 30 dias úteis para este efeito, prorrogável a pedido deste. Considerou ainda que, durante a Consulta Pública se deveria consultar a Direção Regional da Cultura, dado o grande volume de movimentação de sedimentos numa zona com evidências arqueológicas.

O presente procedimento de AIA ficou, entretanto, suspenso até à receção na Autoridade de AIA dos documentos então solicitados e nos suportes discriminados no parecer da CA. A nova versão dos documentos em suporte digital e toda a documentação em papel deu entrada na DRAAC no dia 11 de julho corrente, sendo retomado o procedimento no primeiro dia útil seguinte.

A documentação digital entretanto recebida foi disponibilizada aos técnicos que integram a CA através da rede informática do Governo dos Açores nos moldes do anterior parecer.

Assim, a apreciação da nova versão do EIA consistiu na verificação da introdução nos volumes que o constituem dos aperfeiçoamentos indicados pela CA à versão anterior.

Assim, com a metodologia de trabalho antes descrita foi possível a emissão do seguinte parecer conjunto.

2. APRECIACÃO GENÉRICA DA NOVA VERSÃO DO EIA

Na sequência da anterior apreciação pela CA aos volumes que constituem o EIA tem a referir o seguinte:

2.1 – Volume I – Relatório Síntese – RS

No capítulo 2, nomeadamente na secção 2.3.3, foi feita a referência ao artigo 11.º do regulamento do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha Terceira, onde se consideram como compatíveis com este IGT as intervenções que se destinem a assegurar as funções de entreposto comercial, que está vocacionado para a navegação comercial, mantendo a valência de apoio à navegação de passageiros entre ilhas e cruzeiros, de apoio à comunidade piscatória local e, ainda, aos núcleos de recreio náutico.

No subcapítulo 5.4, relativo à caracterização do descritor dos “Recursos Hídricos”, nomeadamente na secção 5.4.2, reconhece-se que a área da bacia portuária possui de facto zonas de Água Fortemente Modificada, cujo procedimento para esta designação está em curso de acordo com o Plano de Gestão da Rede Hidrográfica dos Açores (PGRH9).

Ainda no mesmo fator ambiental, foi corrigido o número de áreas de aptidão banhar, de acordo com a alteração ao POOC da ilha Terceira, e foram indicadas as que dispõem de águas balneares costeiras monitorizadas. Foi, também, acrescida a menção ao Decreto Legislativo Regional n.º 16/2011/A, de 30 de maio, no que se refere ao quadro legal em matéria de águas balneares. Na secção 5.4.3, no que concerne a zonas protegidas destinadas à proteção das águas superficiais, subterrâneas ou à conservação dos habitats de espécies dependentes diretamente da água, nos termos da Lei da Água, foi retificado o número e a designação das Áreas de Reserva para a Gestão de Capturas, do regime de apanha de espécies marinhas. No que concerne a zonas designadas para a proteção de habitats e da fauna e flora selvagens e a conservação das aves selvagens, foi acrescida a menção a que as áreas protegidas classificadas referentes à Rede Natura 2000 e ao Parque Natural da Ilha Terceira estão fora da área de influência da Empreitada. Na secção 5.4.4, relativamente às pressões identificadas sobre os recursos hídricos, foi especificada a contaminação por hidrocarbonetos e substâncias perigosas, a introdução de poluentes no ecossistema por descargas provenientes dos navios e a contaminação da água por ressuspensão de sedimentos nas operações de dragagem, bem como a perda de habitats e destruição do biota associado aos fundos marinhos, e o potencial de propagação de espécies não indígenas.

No subcapítulo 5.5, na caracterização do fator ambiental “Processos Costeiros e Dinâmica Sedimentar”, foi adicionada, na secção 5.5.2, a informação da existência de uma zona autorizada para a extração comercial de areias, com limiar máximo de volume anual de exploração, existindo ainda uma zona com potencial semelhante identificada no PSOEM-Açores e uma mancha de empréstimo para a alimentação artificial da zona costeira, cuja localização aproximada foi assinalada numa fotografia aérea do local, sendo admissível que a extração de areia no exterior do molhe possa influenciar a dinâmica sedimentar no interior da baía. Recomenda-se, que em fase subsequente de Projeto de Execução, seja espacializada a localização precisa das áreas suprarreferidas, aspeto que não compromete o conteúdo essencial do EIA para a Consulta Pública.

No subcapítulo 5.6, na descrição do descritor “Biodiversidade”, foi adicionada a menção à Área Importante para as Aves (IBA) terrestre “Contendas” (PT067), em local classificado como Zona de Proteção Especial “Ponta das Contendas” (PTZPE0031), não sendo abrangido pela área de intervenção do projeto. Foi adicionada a menção à IBA marinha “Terceira” (PTM11), a qual abrange a área de intervenção do Empreendimento, incluindo a caracterização que diz respeito à avifauna marinha, referindo as espécies que a utilizam. Recomenda-se, que em fase subsequente de Projeto de Execução, sejam retificadas imprecisões quanto à designação de espécies (e.g. *Oceanodroma castro* em vez de *Hydrobates castro*; Gaivota-parda em vez de Gaivota-de-asa-escura), as quais não comprometem o conteúdo essencial do EIA para a Consulta Pública.

No subcapítulo 5.7, foram efetuadas as correções de pormenor identificadas anteriormente pela CA no fator da “Qualidade do Ar”.

No subcapítulo 5.8, no descritor “Resíduos”, foi adicionado ao quadro legal o Plano de Ação Nacional para o Lixo Marinho, para o período de 2024 a 2028 (PALM2028), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 148/2024, de 29 de outubro, incluindo a descrição dos seus objetivos, bem como corrigido o número do Alvará dos operadores de gestão de resíduos que estava incorreto. Igualmente foi feita uma exposição sobre a vulnerabilidade de Portugal em matéria de lixo marinho, salientando o problema dos plásticos.

No subcapítulo 5.11, para o fator ambiental “Ambiente Sonoro (Ruído)”, foram resolvidas as inconsistências anteriormente encontradas pela CA entre a descrição em texto dos mapas de ruído da Praia da Vitória ao nível dos parâmetros Lden e Ln e o observado nos excertos apresentados em figura.

No subcapítulo 5.12, na caracterização do descritor “Ordenamento do Território”, foi adicionada a menção ao PSOEM-Açores e respetivo enquadramento no regime jurídico do ordenamento do espaço marítimo, incluindo a descrição dos seus objetivos e concluindo que este não incide sobre a área de intervenção do Empreendimento.

No subcapítulo 5.13, na caracterização do fator ambiental “Sociedade e Economia”, foi colmatada a lacuna ao nível das atividades económicas que se localizam na área de estudo que podem ser diretamente afetadas pela implementação do projeto. Assim é referida a presença do Núcleo de Pesca da Praia da Vitória com 27 hectares gerido pela Direção Regional das Pescas e Lotação S.A., do Terminal Cimenteiro e duma zona de reparação naval gerida pela PA,SA. O sector das pescas tem registado sinais de crescimento e representa um volume considerável na economia local que em 2024 atingiu os 6.236.067 euros.

Neste descritor, também, foram referidas as atividades de recreio náutico com um papel importante no setor marítimo turístico e o tráfego de passageiros que tem tido um crescimento nos últimos anos.

No que se refere ao uso balnear, são novamente identificadas neste descritor as 11 áreas de aptidão balnear, quatro das quais situadas na baía do porto da Praia da Vitória ao largo do local de pretensão para a dragagem, designadamente a Prainha (Praia da Vitória), Praia Grande, Sargentos e Praia da Riviera, Estas quatro áreas dispõem de águas balneares costeiras monitorizadas e identificadas nos termos da Portaria n.º 29/2025, de 7 de abril, respetivamente PTAX2H, PTAV2W, PTAF3T e PTAL8T, numa baía que oferece águas calmas e límpidas, ideais atividades recreativas e familiares, onde a Prainha é uma das mais populares, com boas condições para banhos e prática de desportos náuticos como windsurf, vela, surf, bodyboard e stand up paddle.

No subcapítulo 5.14, no fator “Saúde Humana”, foi adicionado uma caracterização dos dados sobre a saúde, causas de mortalidade, evolução do envelhecimento da população e decréscimo da natalidade, foram adicionados no ponto 5.14.4, sobre mortalidade e morbilidade, dados ao nível das principais causas de morte nos Açores, comportamentos humanos com impacte na qualidade de vida e saúde e mortalidade infantil inclusive perinatal.

No capítulo 6, ao nível a perspetiva da evolução da situação de referência em caso de não execução do projeto, exposta no subcapítulo 6.2 do RS, foi feita a alteração da

terminologia antes utilizada de modo a não usar o termo de “impacte” para esta situação, como sugerido pela CA.

No subcapítulo 6.3, ao nível da avaliação dos impactes, a atual versão do EIA apresenta algumas pequenas alterações em resultado das várias adições e aperfeiçoamentos agora introduzidos na caracterização dos fatores ambientais e dos vários reparos da CA e constantes no anterior parecer desta, mas, não todos, embora estes não comprometam a Consulta Pública. Contudo, para não influenciar esta fase do procedimento de AIA, a CA apenas deverá pronunciar-se com maior pormenor no seu parecer final em matéria de impactes e medidas de mitigação.

O capítulo 8, das lacunas técnicas e de conhecimento, manteve-se igual na atual versão do EIA.

O RS também não apresentou qualquer alteração ao nível dos capítulos 7 e 9 dos programas de monitorização e das Conclusões do EIA e a CA apenas se pronunciará sobre os mesmos no seu parecer final.

Apesar da versão de junho ter mais pormenores e informações, o RS continua a referir que o período de elaboração do EIA decorreu entre 15 de janeiro e 9 de abril de 2025. Todavia, este lapso não compromete o conteúdo essencial do EIA para a Consulta Pública.

2.2 – Volume II - Resumo Não Técnico – RNT

Verifica-se que a atual versão do RNT procurou incorporar as novas informações e aperfeiçoamentos mais significativos introduzidos na versão de junho de 2025 do RS ao nível da caracterização e de alguns impactes, sem sofrer alterações significativas e sem que os mesmos afetem as suas considerações finais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS E DELIBERAÇÕES DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Assim, tendo em conta a apreciação dos volumes reformulados que compõem a versão de junho de 2025 do EIA à “Empreitada de Construção do Cais Multiusos do Porto da Praia da Vitória”, a CA considera o seguinte:

As alterações respeitam na generalidade as recomendações da CA emanadas do seu parecer de 17 de junho à versão de abril do mesmo EIA.

Continuam a subsistir algumas imperfeições, incertezas e aspetos menos aprofundados no EIA ao nível dos impactes, das medidas de mitigação e programas de monitorização, contudo, esta situação resulta, em grande parte, do facto de a Empreitada se encontrar ainda em fase de Estudo Prévio. Contudo, na sua estrutura, tanto o Relatório Síntese, como o Resumo Não Técnico respeitam as diretrizes do Diploma AILA para este tipo de volumes, não tendo sido detetadas imperfeições que comprometam a viabilidade de conformidade do conjunto com o exposto nos artigos 34.º, 35.º e 36.º do Diploma AILA.

Assim, tendo em conta que os aspetos atrás referidos podem ser melhor pormenorizados aquando do procedimento de RECAPE, onde decorrerá uma nova Consulta Pública já em fase de Projeto de Execução.

A CA considera que estão reunidas as condições para a Autoridade Ambiental declarar a conformidade da versão de junho de 2025 do EIA ao Estudo Prévio da “Empreitada de Construção do Cais Multiusos do Porto da Praia da Vitória” e o presente procedimento de AIA prosseguir para o processo de Participação Pública nos termos do artigo 106.º do Diploma AILA.

Com vista à transparência do processo e adequada informação ao público, a CA é de parecer que, nos locais destinados à Consulta Pública dos documentos, devem também estar disponíveis os pareceres desta emitidos no âmbito do presente procedimento de AIA.

Igualmente propõe a CA que seja auscultada a Direção Regional da Cultura no que se refere ao acompanhamento arqueológico da Empreitada, quer ao nível da construção do Cais Multiusos, quer das operações de dragagem na baía da Praia da Vitória.

O presente assunto carece ainda de parecer por parte da Câmara Municipal da Praia da Vitória, no âmbito da compatibilidade do projeto com o seu PDM, e da entidade com

competência em matéria de infraestruturas aeroportuárias, a Autoridade Nacional da Aviação Civil – ANAC.

Açores, 18 de julho de 2025

A Comissão de Avaliação

Carlos Faria/Nuno Pacheco

Tiago Toste

Ana Rita Dinis

Aida Silva

Herberto Alves

P'la Comissão de Avaliação

Carlos Faria
(Autoridade Ambiental)

Tiago Toste
(Entidade Licenciadora)